

ATA DA 102ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA EM CONTINUIDADE DO COMITÊ DE GESTÃO

No dia 14 de dezembro de 2023, às 15:00h, reuniu-se extraordinariamente o COMITÊ DE GESTÃO, via *conference call*, secretariado por Marcos Joaquim de Santana. Presentes os membros abaixo elencados, em consonância com o Acordo de Acionistas. Presente, ainda, pela Companhia, o Diretor Administrativo-Financeiro, Dr. Luiz Fernando Rolla; a Superintendente de Gente e Gestão, Isabel Lêla, o Superintendente de Finanças, Controle e RI Marcus Melo e equipe.

1. Assuntos para Recomendação:

(i) Previsão orçamentária 2024.

O Diretor Luiz Fernando apresentou a agenda da reunião, conforme material projetado em reunião, destacando a privacidade das informações, conforme *disclaimer* contido no material, pois as informações ora exibidas não são do conhecimento do mercado.

Destacou que muito dos apontamentos ora trazidos se deve em razão da mudança estrutural entre a previsão do projeto e o que se percebeu no decorrer da fase de operação, fazendo uma breve introdução dos cenários para 2024-2026 com a prevalência do hidrograma de geração B, em relação ao A para geração de energia;

Sâmea questionou o porquê de não usar o A e foi respondido que houve um acordo com o Ibama que vencerá neste ano. Se houver insistência o IBAMA imporá outro hidrograma mais prejudicial, então, por estratégia, melhor a manutenção do B. o MPF ajuizou uma ação em 2020, alegando que o impacto do hidrograma A seria mais nocivo ao meio ambiente e às comunidades. Em razão disso, o Ibama, mesmo antes do vencimento da reavaliação, propôs um termo de compromisso pela adoção do hidrograma B por 3 anos e antecipação ações de mitigação e monitoramento para averiguar se as alegações do MPF tinha sustentação. O TCA assinado com o IBAMA tem vigência até 2024. Se for o hidrograma proposto pelo MPF ou um novo pelo IBAMA, a geração ficará abaixo da garantia física em torno de 80MW. Não haverá geração necessária para compensação no segundo semestre.

Em relação ao regulatório, destacou o MRE, a garantia física a longo prazo, de 4571 até o fim da concessão. Esse número é o que pode ser vendido no mercado, somando todos os contratos. Contudo, anualmente essa média poderá ser maior ou menor e é ajustada no mecanismo de realocação de energia. Com a adoção do hidrograma B não terá esse número, tendo a necessidade de ir ao MRE para comprar energia para completar o valor médio, cujo valor é estabelecido pela TEO (Tarifa de Otimização), que foi dividida entre a de compra (cerca de R\$30,00 por MWH) e a de venda (para geração cima da garantia física), certa de R\$14,00 MHH que tem a ver com o custo operacional da empresa. A ANEEL mudou a metodologia, incluindo Itaipú. As empresas que têm necessidade iriam pagar uma tarifa superior à tarifa de compra, havendo um desequilíbrio. A companhia ganhou na segunda instância TEO de equalização, aguardando o Trânsito em julgado em razão e recurso interposto pela ANEEL, que deve gerar ganho em torno de 1Bi;

Em relação à EVT (Energia Vertida Turbinável), a ANEEL reconheceu o direito que a usina não conseguiu produzir em razão das limitações imposta pelo ONS. Até 2021 a transmissão de energia imposta pelo projeto belo monte não havia sido integralmente construída. Isso vazia com que a usina tivesse vazão para geração, mas sem poder transmitir. A partir de 2022 houve priorização e despacho das energias eólicas e solar, por não haver como modular suas gerações, sendo que as hidrelétricas fiam afetadas perdendo receita. Isso dá um prejuízo de cerca de 350MM em razão de haver energia não turbinada. destacou que neste orçamento não estão inclusos os ganhos regulatórios *sub judice* (EVT e TEO Itaipú);

Destacou o contingenciamento do CAPEX, com suspensão de programas de investimentos, especialmente socioambientais; e, encerrando a introdução, abordou superficialmente o teste de *impairment*, assim como possibilidade de negociar um *Standstill* (suspensão de pagamento de serviço da dívida em curto prazo para não incorrer em inadimplência) de julho/24 a dezembro/24, assim como a redução do capital social para absorção do prejuízo acumulado.

No que se refere às premissas macroeconômicas: apresentou as projeções feitas pelo IPCA, TJLP (que ajusta o serviço da dívida), IGP-M e SELIC (ajusta as aplicações dos recursos em caixa); no que tange às premissas de comercialização, como apresentado na reunião anterior, destacou os valores do PLD, GSF, GSF-Flat e Geração orçada para 2024, ambas aprovadas no Comitê de Regulação e Comercialização, pontuando questões específicas sobre a geração adequada no primeiro semestre e a reduzida no segundo, com a redução da vazão e a adoção do hidrograma B, sendo necessário comparar a energia para completar a garantia física média.

A receita a menor de cerca de 1,6Bi deveria ser ao contrário, caso mantivesse os 20% da venda para Eletrobras, conforme garantias do contrato do BNDES. Esse contrato foi revisto por meio de arbitragem que deu ganho de causa à Eletrobras, tendo que ser vendida no mercado esse excedente pelo preço vigente no momento da comercialização. Sem esses impactos, o lucro seria em torno de 1 Bi em 2023. Esse problema estrutural é o argumento para negociação junto ao BNDES, pois os valores do MWh desidrataram-se ao longo do tempo, estando atualmente em torno de R\$60, sendo que no contrato havia previsão de 130 por MWh.

Na sequência, informou que a conversão parcial da dívida do BNDES no montante de R\$ 10 bilhões é a proposta da diretoria na intenção de solucionar a pressão que sofre a geração interna de caixa da companhia, por consequência dos preços baixos de energia, os impactos do GSF, EVT e MRE. Esta proposta também solucionaria a questão econômica da companhia, trazendo resultados positivos a partir do exercício de 2026.

Em seguida, o Diretor destacou as propostas acerca dos custos operacionais que estão no limite; os riscos hidrológicos com a redução de garantia física mitigados em 70% da garantia física; gestão tributária no limite; serviço da dívida supera 3Bi; índice de cobertura do serviço da dívida – ICDS em 2023 está estimado ficar abaixo do limite mínimo de 1,3 (foi solicitado o ajuste para não haver inadimplência, com o recuso do índice para 1,2) e; a geração interna de caixa, pressionada por preços baixos e impactos do GSF, EVT e MRE, conforme explicitado acima.

Destacou que a Companhia procurou o BNDES apresentando o desequilíbrio da estrutura do contrato de concessão e a necessidade da entrada de novos investidores com APO por meio de emissão de novos títulos. A ideia é que a Companhia possa recomprar essas ações em até 10 anos e pagar dividendos mínimos de 5% dentro do período de 10 anos. Esse percentual é exatamente a receita líquida que o BNDES tem com o pagamento dos serviços da dívida, pois incide o PIS/COFINS e IR, sobrando 5%, o que tornaria atrativa essa alternativa.

Destacou os impactos no plano de negócios, possibilitando pagamento de dividendos a partir de 2025, demonstrando que a nova estrutura acionária com a capitalização do BNDES, com a emissão das PNs em 10 Bi, o capital social vai para 23,3 Bi. A composição acionária ficará da seguinte forma: 57% em Ordinárias e 43% em Preferenciais, que apresenta uma diluição temporária na participação dos acionistas atuais. Destacou que haverá diluição com ou sem essa medida, mas haverá distribuição de dividendos se o movimento apontado por aprovado. Explicou que momentaneamente reduz as ações Ordinárias, mas evita aporte de capital dos acionistas nos próximos anos. Em relação ao direito ao voto não haverá modificações, pois seriam emitidas apenas as preferenciais.

O CAPEX efeito do impacto socioambiental no orçamento do empreendimento, com um custo total previsto na grandeza de R\$ 6 Bi até a presente data e mais 8Bi até o final da concessão, o que pode inviabilizar o empreendimento, não somente pela perspectiva de caixa, mas também pela natureza das obrigações que não guardam relação com seu impacto, destacando o relatório consultora Rose Hofmann,

que foi apresentado no Conselho de Administração na última reunião, que após as análises produziu um relatório buscando separar as condicionantes que guardam relação com o projeto com aquelas que foram impostas sem guardar relação com ele, e que não deveriam ser responsabilidade da Companhia.

A título de exemplo, narrou que a Companhia ganhou uma medida liminar, com os argumentos que tem utilizado advindos do relatório da consultora, sobre a separação entre atividade do Estado e do empreendimento, no que tange à intimação, dita na última reunião deste Comitê, para que, em 72 horas, a Companhia fornecesse água potável em Terra Indígena que dista mais de 500km da barragem.

Destacou que o custo anual das demandas socioambientais varia em sua rubrica orçamentária. Pontuou que a Companhia está buscando meios de fazer cessar esses pedidos dissociados do empreendimento. A Companhia fará um contingenciamento que permitirá a redução dos custos em 2024.

Ainda, destacou que a Companhia está estudando meios de levar o assunto para a discussão junto ao Ministério de Meio Ambiente (MMA) e Presidência da República, IBAMA e ANEEL, a fim de que o empreendimento se sustente, alguns programas que serão repassados ao Estado, por ser de sua atuação a responsabilização da continuidade desses projetos.

Destacou em números o CAPEX, sendo 116 empregados próprios e 780 terceirizados para atender a 230 impactos listados no EIA/RIA; 14 planos para execução na LO; 298 ações ambientais; 11 terras indígenas; 26 mil hectares e APP; 5 mil indígenas; 6 mil pescadores; cerca de 4 mil famílias reassentadas; 130 km de extensão da volta grande do Xingu e outros.

Ainda sobre o CAPEX, pontuou os custos com almoxarifado e refeitório e sua necessidade para armazenamento dos equipamentos de manutenção das UGs, assim como o elevado custo de manutenção do refeitório, que foi projetado para um número muito maior do que se atende hoje, trazendo precarização da estrutura e elevado custo de manutenção. Ainda em relação às estruturas, demonstrou a necessidade da construção do ambulatório informando que a equipe de brigadista está usando tendas para armazenar equipamentos e abrigo de pessoal, sendo necessária as instalações adequadas para os colaboradores que trabalham nela.

O representante da Acionista Eletrobras, Jorge Lustosa, perguntou a previsão de orçamento e andamento do projeto soleiras, informática e pessoal, sendo explicado que o projeto soleira foi descartado no próximo orçamento por falta de posição do IBAMA; em relação ao parque de informática, informou que está previsto no ativo intangível e que algumas estruturas previstas são de melhorias, como o fornecimento de internet à comunidade de volta grande do Xingu, que atualmente é feito com antenas via satélite e que será substituído por uma rede de internet privada. Ainda em relação à tecnologia, citou a redução de 90 postos de vigilância para cerca de 17, com a implantação de drones, câmeras e instrumentos de tecnologia.

Pontuou que os custos não gerenciáveis correspondem a 85% como EUST, SPR-100, demais seguros, compras de energia, impostos e taxas e os custos totais com a comparação com a receita líquida, tem o PMSO em cerca de 6% da Receita Líquida. O que sobra de recurso é para pagar o serviço da dívida. Não há geração de caixa adicional para bancar os investimentos, por isso a necessidade do uso do caixa para arcar com os investimentos.

No que se refere ao orçamento da O&M, informou que existem 183 empregados próprios e 345 de terceiros para atender: 24 turbinas, 02 casas de forças, 36 diques de barragens, 4 canais de transposição, 33km de taludes, 17 estruturas de drenagens e outros; destacou que o modelo de gestão está compreendido em 3 macroprocessos (O&M, Comercialização e Socioambiental), destacando como funcionam a distribuição de custos em cada uma dessas áreas.

Ainda, no que se refere ao PMSO, destacou a evolução quantitativa de pessoal e os custos referente à primarização da O&M, assim como Segurança Corporativa (capitação de informações de movimentações da comunidade para avaliação de riscos, invasões em área privadas, roubos/furto de equipamentos, dentre outros), equipe de operadores de drones (certificados pela ANAC), operadores de

embarcação em rios perigosos para operações em lugares remotos; destacou os investimentos em TI, na área de defesa contra cyber ataques e a contratação de especialistas transitórios da operação terceirizada para a primarizada, que se encerrar em 2 anos do seu início (egressos da Eletronorte). Mantendo um quando de 490 colaboradores na sua totalidade, distribuídos entre CAPEX e PMSO, desses 92 são CAPEX, que são transitórios e haverá desligamento quando finalizado.

Em seguida, apresentou o fluxo de caixa 2024, já levando em conta os juros do BNDES, que representa um ganho. Também apresentou o contingenciamento do jurídico, com os valores dispostos; apresentou o painel, com a explicação das premissas adotadas, que reflete o Book enviado aos membros, destacando que se nada for feito o prejuízo será de 967MM para 2024.

Encerramento: Nada mais a tratar, encerrada a reunião e lavrada esta Ata que, depois de lida, foi assinada pela secretária da reunião, pelo Coordenador e pelos Membros presentes. Brasília/DF, 14 de dezembro de 2023.

Nélio Lima
Coordenador do Comitê

Marcos Joaquim de Santana
Secretário

Adriano Cavalcanti de Souza
Chesf

Jorge Carlos Silva Lustosa
Eletronorte

Sâmea Lacerda Lima
Funcef

José Paulo Werberich
Belo Monte

Ronaldo Alves Pereira Pires
Amazonia

Andrea Jota Lizardo
Aliança Norte